



**Tribunal de Contas  
Mato Grosso**

**SECRETARIA-GERAL DE PROCESSOS E JULGAMENTOS**

Telefone(s): 3613-2945 / 3324-4348 / 3324-4349

e-mail: segeproju@tce.mt.gov.br

<b>PROCESSO Nº</b>	<b>57.672-7/2023</b>
<b>INTERESSADO</b>	<b>TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO</b>
<b>ASSUNTO</b>	<b>REGULAMENTAÇÃO DAS SESSÕES PRESENCIAIS E VIRTUAIS DO PLENÁRIO NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO</b>
<b>RELATOR NATO</b>	<b>CONSELHEIRO PRESIDENTE SÉRGIO RICARDO</b>
<b>SESSÃO DE JULGAMENTO</b>	<b>10/12/2024 – PLENÁRIO PRESENCIAL</b>

## **RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 12/2024 – PP**

Regulamenta as sessões presenciais e virtuais do Plenário no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º da Lei Complementar Estadual nº 269/2007 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso), c/c os arts. 11, V, e 296, III, “d”, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – RITCE/MT (aprovado pelo Anexo Único da Resolução Normativa nº 16/2021);

**CONSIDERANDO** que o inciso LXXVIII, do art. 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil, assegura, no âmbito judicial e administrativo, a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação;

**CONSIDERANDO** que as sessões de julgamento virtuais têm valor jurídico equivalente ao das sessões presenciais, uma vez asseguradas a publicidade dos atos praticados e todas as prerrogativas processuais dos advogados e partes;

**CONSIDERANDO** a necessidade de regulamentar as sessões do Plenário, nos termos do art. 56, da Lei Complementar Estadual nº 752/2022 (Código de Processo de Controle Externo do Estado de Mato Grosso), c/c o art. 295, do RITCE/MT.

**RESOLVE:**

**CAPÍTULO I**





## **DAS SESSÕES PRESENCIAIS DO PLENÁRIO**

**Art. 1º** Serão deliberados, exclusivamente, nas sessões presenciais do Plenário, os seguintes processos e assuntos:

**I** – contas de governo;

**II** – contas de gestão dos titulares dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Tribunal de Contas, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Estado e dos Municípios Polos;

**III** – homologações de decisões concessivas de tutela provisória adotadas em face dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Tribunal de Contas, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Estado e dos Municípios Polos;

**IV** – consultas formais, revisões de teses prejudgadas, súmulas e incidentes de uniformização de jurisprudência;

**V** – produtos das deliberações das Comissões Permanentes.

**§ 1º** A critério do Relator, todas as demais matérias de competência deste Tribunal poderão ser deliberadas nas sessões presenciais do Plenário.

**§ 2º** As demais disposições referentes às sessões presenciais do Plenário serão regidas pelo Regimento Interno.

**§ 3º** Na impossibilidade de realização de sessões presenciais, o assunto retratado no inciso III poderá ser deliberado nas sessões virtuais, desde que devidamente fundamentada a urgência.

## **CAPÍTULO II**

### **DAS SESSÕES VIRTUAIS DO PLENÁRIO**

**Art. 2º** Poderão ser deliberados nas sessões virtuais do Plenário os processos e assuntos de competência deste Tribunal, ressalvadas as hipóteses previstas nos incisos I a V do art. 1º desta Resolução.

**Art. 3º** A critério do relator, poderão ser julgados em bloco, na forma do art. 256 do Regimento Interno, os processos referentes a aposentadorias, pensões, reformas, reservas remuneradas e eventuais retificações desses atos previdenciários, ressalvados os casos em que, no mérito, o voto ou a proposta de voto for no sentido de denegar o registro





do ato, quando não estiver convergente com o parecer ministerial, ou ainda, quando houver determinação expressa de julgamento individualizado.

**Art. 4º** As sessões virtuais do Plenário serão realizadas em ambiente eletrônico denominado “Plenário Virtual”, operacionalizado por funcionalidade tecnológica específica disponível no sítio eletrônico do Tribunal de Contas.

**§ 1º** O sistema deverá ficar disponível aos membros votantes, durante todo o período previsto no art. 285 do Regimento Interno, possibilitando-lhes o acesso remoto, independentemente da presença no gabinete ou no local de julgamento, salvo em caso de incidente técnico que o impeça.

**§ 2º** Não haverá sessão virtual ordinária na semana em que o feriado ou ponto facultativo coincidir com o dia da abertura ou encerramento da sessão virtual.

**Art. 5º** O Relator agendará a data para pautar o processo em sessão virtual ordinária de julgamento, observando as datas disponíveis no Plenário Virtual e a previsão de conclusão do relatório e do voto ou proposta de voto.

**§ 1º** Serão incluídos na pauta de julgamento definitiva apenas os processos tramitados à Secretaria Geral do Plenário até às 11 (onze) horas do dia anterior ao da publicação da pauta, contendo relatório do Relator.

**§ 2º** Serão retirados de pauta automaticamente os processos que não contenham voto ou a proposta de voto inseridos no sistema até o início da sessão virtual.

**§ 3º** Após a inclusão do processo em pauta na sessão virtual do Plenário, o direito da parte de distribuir memorial poderá ser exercido de forma eletrônica utilizando-se do procedimento disponível no sistema do Plenário Virtual para o envio de arquivos eletrônicos.

**Art. 6º** Aplica-se o disposto no art. 288 do Regimento Interno aos processos apurados em caráter sigiloso, pautados em sessão plenária virtual, garantindo-se, obrigatoriamente, o sigilo da identificação do denunciante, de acordo com as normas vigentes, e o acesso preliminar aos documentos somente ao representante do Ministério Público de Contas e às partes e seus procuradores, para cumprimento da fase ministerial e realização de sustentação oral.

**§ 1º** Durante a sessão plenária virtual, o acesso aos documentos e discussões





dos processos apurados em caráter sigiloso permanecerá restrito aos Conselheiros votantes, ao representante do Ministério Público de Contas e às partes e seus procuradores, mediante cadastro e autorização no sistema Plenário Virtual.

**§ 2º** Os processos que requeiram apreciação e julgamento em sessão plenária sigilosa, nos termos do § 1º do art. 242 do Regimento Interno, deverão ser pautados em sessões plenárias presenciais.

**Art. 7º** Os Conselheiros registrarão suas manifestações da seguinte forma:

**I** – acompanhamento o Relator;

**II** – divirjo do Relator;

**III** – acompanhamento parcialmente o Relator;

**IV** – impedimento ou suspeição;

**V** – pedido de destaque.

**§ 1º** Registrada a hipótese II ou III, o Conselheiro declarará seu voto em campo livre existente no sistema destinado a anotações, e o sistema emitirá aviso automático aos Conselheiros participantes da sessão virtual.

**§ 2º** O pedido de destaque é uma solicitação de transferência da votação do processo da sessão virtual para a sessão presencial.

**Art. 8º** Havendo pedido de destaque suscitado por qualquer Conselheiro, e após autorização do presidente, o processo será inserido na primeira sessão presencial subsequente, com publicação de nova pauta para a continuidade da sua votação.

**§ 1º** Apresentado pedido de destaque, suspende-se o cômputo de novos votos ao processo.

**§ 2º** Os votos já proferidos na sessão virtual poderão ser mantidos ou alterados na sessão presencial, que será considerada como continuação da sessão virtual, inclusive para efeito de vinculação dos seus participantes.

**§ 3º** É possível a desistência do pedido de destaque apresentado por um dos Conselheiros, desde que seja informada nos autos antes do início da votação em sessão presencial, situação em que a Secretaria Geral do Plenário providenciará a inclusão do processo na primeira sessão virtual subsequente, com publicação de nova pauta para a





continuidade da sua votação, assegurada a possibilidade de modificação dos votos anteriormente proferidos.

**Art. 9º** Na sessão presencial, os pedidos de destaque serão indicados pelo Presidente após o encerramento da ordem administrativa e antes de iniciada a ordem do dia.

**Parágrafo único.** Indicado o processo pelo Presidente, com o resumo da conclusão do voto do Relator e dos votos já proferidos, é dada a palavra ao autor do pedido de destaque para expor sua fundamentação, procedendo-se, em seguida, à fase de votação.

**Art. 10.** Excepcionalmente, o Presidente poderá autorizar a constituição de pauta suplementar antes da abertura da sessão virtual.

**§ 1º** No caso de constituição de pauta suplementar, será assegurado o exercício da faculdade de envio da sustentação oral pelas partes ou seus procuradores e a participação do Ministério Público de Contas.

**§ 2º** O Relator deverá encaminhar à Secretaria Geral do Plenário o processo que constituirá a pauta suplementar, com a indicação do número da autuação, o responsável ou o interessado principal, e o assunto a que se refere.

**Art. 11.** O Presidente poderá designar sessão extraordinária com prazo diferenciado e fixado no respectivo ato convocatório, a fim de julgar casos urgentes.

**§ 1º** Convocada a sessão extraordinária, o Relator deverá encaminhar à Secretaria Geral do Plenário o processo que constituirá a pauta de julgamento.

**§ 2º** As partes ou seus procuradores poderão encaminhar sustentação oral, até o início da sessão virtual extraordinária, nas hipóteses de cabimento previstas no Regimento Interno.

**§ 3º** Ao representante do Ministério Público de Contas será assegurado o disposto no art. 289 do Regimento Interno para fins de ratificação ou retificação do parecer ministerial.

### CAPÍTULO III

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS





**Art. 12.** Encerrada a sessão virtual, o sistema emitirá, automaticamente, o resumo do julgamento de cada processo, de acordo com as opções listadas no art.7º, incluindo as anotações.

**Art. 13.** A publicação das deliberações do Plenário Virtual será realizada no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas, no prazo previsto no art. 302 do Regimento Interno.

**§ 1º** Encerrada a sessão plenária, caberá à Secretaria Geral do Plenário redigir os acórdãos, conforme o resultado do julgamento emitido automaticamente pelo sistema, e encaminhá-los aos gabinetes dos respectivos Relatores, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

**§ 2º** Os acórdãos serão revisados e assinados pelo Relator ou Revisor e devolvidos à Secretaria Geral do Plenário no prazo de 2 (dois) dias úteis.

**§ 3º** A Secretaria Geral do Plenário somente tramitará os processos a outra unidade após o cumprimento de todas as determinações contidas no ato decisório.

**Art. 14.** Compete à Secretaria Executiva de Tecnologia da Informação:

**I** – manter o pleno funcionamento do sistema Plenário Virtual, adotando todas as providências necessárias ao cumprimento desta Resolução e do *caput* do art. 22 da Lei Complementar Estadual nº 752/2022 – Código de Processo de Controle Externo do Estado de Mato Grosso do Código;

**II** – informar a Presidência e a Secretaria Geral do Plenário sobre eventual indisponibilidade do sistema;

**III** – responsabilizar-se pela segurança do sistema;

**IV** – aplicar as diretrizes e regras das Políticas de Segurança da Informação (RN 8/2022-TP) e de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais (RN 22/2023-PP), entre outras normativas deste Tribunal.

**Art. 15.** Os casos omissos serão decididos pela Presidência.

**Art. 16.** Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as Resoluções Normativas nºs 28/2012-TP, 29/2012-TP, 8/2013-TP e 7/2021-TP.





**Tribunal de Contas  
Mato Grosso**

**SECRETARIA-GERAL DE PROCESSOS E JULGAMENTOS**

Telefone(s): 3613-2945 / 3324-4348 / 3324-4349

e-mail: [segeproju@tce.mt.gov.br](mailto:segeproju@tce.mt.gov.br)

Participaram da deliberação os Conselheiros **ANTONIO JOAQUIM, JOSÉ CARLOS NOVELLI, VALTER ALBANO, WALDIR JÚLIO TEIS, CAMPOS NETO e GUILHERME ANTONIO MALUF.**

Presente, representando o Ministério Público de Contas, o Procurador-geral **ALISSON CARVALHO DE ALENCAR.**

**Publique-se.**

Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2024.

*(assinaturas digitais disponíveis no endereço eletrônico: [www.tce.mt.gov.br](http://www.tce.mt.gov.br))*

**CONSELHEIRO SÉRGIO RICARDO** – Relator Nato  
Presidente

**ALISSON CARVALHO DE ALENCAR**  
Procurador-geral de Contas

